



PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Ofício nº 602/2025 - PGM

Vilhena, 5 de novembro de 2026.

Exm^o. Sr.
Celso Eduardo Machado
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Nesta.

Assunto: Encaminhamento de Projeto de Lei

Senhor Presidente,

Vem-se, por meio deste, na forma prevista no Art. 62, II e 67 da Lei Orgânica do Município de Vilhena, encaminhar à elevada consideração desta Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 7274 /2025, que institui o Programa "Bom Prato Vilhenense" e dá outras providências, com a finalidade de garantir refeições saudáveis, equilibradas e a preços acessíveis à população de baixa renda, bem como ofertá-las gratuitamente a pessoas em situação de rua cadastradas em programas municipais de assistência social.

Diante da relevância social do objeto e da urgência em viabilizar a destinação adequada do bem público, pleiteia-se, ainda, a aprovação desta matéria na forma regimental prevista na Resolução nº 30, de 7 de fevereiro de 2020 - Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Atenciosamente,

FLORI CORDEIRO DE MIRANDA JÚNIOR
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL DE VILHENA
DIRETORIA LEGISLATIVA

Data: 05/11/25
Hora: 12h53

Daniella Belli
Daniella Belli
Matrícula nº 400005



Assinado por: FLORI CORDEIRO DE MIRANDA JUNIOR 05/11/2025
11:55:37 DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE





**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município**



PROJETO DE LEI Nº 7.274 /2025

M E N S A G E M

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras,

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Vereadores,

Submeto à elevada apreciação desta Casa Legislativa, nos termos do Art. 62, II e do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Vilhena, o anexo Projeto de Lei que institui o Programa “Bom Prato Vilhenense”, com a finalidade de garantir refeições saudáveis, equilibradas e a preços acessíveis à população de baixa renda, bem como ofertá-las gratuitamente a pessoas em situação de rua cadastradas em programas municipais de assistência social.

O presente projeto tem entre seus objeto a criação de um programa municipal estruturado e permanente de segurança alimentar e nutricional, alinhado aos preceitos constitucionais do direito humano à alimentação e às diretrizes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

A iniciativa busca, entre seus objetivos específicos, combater a fome e a desnutrição no Município, garantir acesso a refeições nutritivas e balanceadas, promover educação alimentar e nutricional e fomentar a economia local, com prioridade para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e de pequenos produtores regionais.

A importância da proposta reside em seu caráter socialmente inclusivo e em sua capacidade de transformar realidades. Em um momento em que a insegurança alimentar ainda atinge parcelas significativas de nossa população, especialmente famílias de baixa renda e pessoas em situação de vulnerabilidade, a instituição do “Bom Prato Vilhenense” representa um avanço concreto na efetivação de políticas públicas de combate à fome e de promoção da dignidade humana.

Os reflexos sociais são amplos, destacando-se a melhoria das condições de saúde, redução da evasão escolar e do absenteísmo no trabalho por questões relacionadas à subalimentação, e fortalecimento da cidadania. Além disso, o programa estimulará circuitos curtos de comercialização, gerando renda local e valorizando a produção agroalimentar do Município. Trata-se, portanto, de medida urgente e necessária, que reforça o compromisso desta Administração com a inclusão social, o desenvolvimento sustentável e a garantia de direitos fundamentais.

Diante da relevância social do objeto e da urgência em viabilizar a destinação adequada do bem público, pleiteia-se, ainda, a aprovação desta matéria na forma regimental prevista na Resolução nº 30, de 7 de fevereiro de 2020 - Regimento Interno desta Casa Legislativa.

FLORI CORDEIRO DE MIRANDA JÚNIOR

Prefeito



PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município



PROJETO DE LEI Nº **7.274**, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2025

INSTITUI O PROGRAMA “BOM PRATO
VILHENENSE” E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

LEI:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município, o Programa “Bom Prato Vilhenense”, com a finalidade de assegurar o fornecimento de refeições saudáveis, equilibradas e de qualidade, a preços acessíveis à população de baixa renda, e gratuitamente a pessoas em situação de rua cadastradas em programas municipais de assistência social.

Art. 2º São objetivos do Programa “Bom Prato Vilhenense”:

- I - combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional;
- II - garantir o acesso da população de baixa renda a refeições nutritivas e de qualidade;
- III - contribuir para a melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população em vulnerabilidade social;
- IV - fomentar a economia local, com prioridade na aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e de pequenos produtores regionais; e
- V - promover a educação alimentar e nutricional, por meio de campanhas e atividades educativas realizadas nas unidades do Programa.

Art. 3º O Programa poderá ser executado diretamente pela administração municipal ou mediante parcerias com entidades privadas, organizações da sociedade civil, associações e instituições filantrópicas, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 4º Cada unidade do Programa poderá oferecer, diariamente, nos limites orçamentários disponíveis:

- I - café da manhã, a valor simbólico a ser definido em regulamento;
- II - almoço balanceado, composto por refeição completa, com custo subsidiado pelo Município; e
- III - refeições gratuitas destinadas à população em situação de rua cadastrada junto à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. O valor cobrado pelo almoço referido no inciso II não poderá exceder a R\$10,00 (dez reais), admitida sua atualização por índices oficiais por ato do



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município**



Poder Executivo, observada a realidade orçamentária e os custos operacionais do Programa.

Art. 5º A gestão do Programa de que trata esta Lei compete à Secretaria Municipal de Assistência Social, que atuará, quando necessário, em conjunto com a Secretaria Municipal de Agricultura e demais órgãos municipais relacionados à segurança alimentar e nutricional.

Art. 6º Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social:

- I - coordenar a implantação, manutenção e funcionamento das unidades do Programa;
- II - supervisionar a qualidade nutricional e sanitária das refeições servidas;
- III - definir critérios de atendimento e priorização do público;
- IV - celebrar convênios, contratos e parcerias necessários à execução do Programa;
- V - fiscalizar o cumprimento das normas de higiene, segurança e controle de qualidade alimentar; e
- VI - promover campanhas de conscientização sobre alimentação saudável e combate ao desperdício de alimentos.

Art. 7º O Município poderá receber doações de alimentos, produtos e recursos financeiros destinados à manutenção do Programa, podendo conceder o Selo "Empresa Solidária Bom Prato Vilhenense" às pessoas jurídicas que contribuírem regularmente com a iniciativa.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito.

Vilhena, 5 de novembro de 2025.

FLORI CORDEIRO DE MIRANDA JUNIOR

Prefeito



Assinado por: FLORI CORDEIRO DE MIRANDA JUNIOR 05/11/2025
11:55:38 DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

